

Visualidade e política a partir de Foucault

Visuality and politics from Foucault

Marcos N. Beccari*

 0000-0002-2178-097X
marcosbeccari@ufpr.br

Resumo

O artigo delinea algumas coordenadas, a partir de Foucault, para o estudo da relação entre visualidade e política. Embora Foucault não tenha dedicado nenhum estudo a este respeito, é notável a sua influência em alguns dos autores envolvidos nos chamados estudos em cultura visual. Pressupõe-se, aqui, que as culturas visuais são indissociáveis de uma esfera político-discursiva que torna possível a visualidade. Esta, por sua vez, é encarada como um campo de batalha no qual a verdade é disputada. Sob esse prisma, são pontuadas as seguintes coordenadas: política como agonismo, exterioridade constitutiva, verdade como organização do olhar, arqueologia e genealogia da visualidade.

Palavras-chave

Foucault; Visualidade; Política; Discurso

Abstract

This paper outlines some coordinates, from Foucault, for the study of the relationship between visuality and politics. Although Foucault has not dedicated any work about this, his influence on some of the authors involved in so-called studies in visual culture is remarkable. Here, it is assumed that visual cultures are inseparable from a political-discursive sphere that makes visuality possible. Visuality, in turn, is defined as a battlefield in which the truth is disputed. Under this bias, the following coordinates are highlighted: politics as agonism, constitutive exteriority, truth as the organization of the gaze, archeology and genealogy of visuality

Keywords

Foucault; Visuality; Politics; Discourse

* Doutor em Filosofia da Educação pela USP. Professor do Setor de Artes, Comunicação e Design da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Design da UFPR.

PPGAV/EBA/UFRJ
Rio de Janeiro, Brasil
ISSN: 2448-3338
DOI: 10.37235/ae.n40.19

Introdução

O interessante não é ver que projeto está na base de tudo isso, mas, em termos de estratégia, como as peças foram dispostas.

— Michel Foucault (2018, p. 243)

Este artigo apresenta uma visada possível a partir de Foucault para situar a relação cada vez mais patente entre visualidade e política, relação esta que vem ao encontro do horizonte teórico das práticas artísticas contemporâneas, cuja vocação crítica se estende aos modos de existir, às formas de tornar visível e invisível, ao confronto de forças visuais, discursivas e de poder. A escolha pelo prisma foucaultiano se dá não apenas como delimitação metodológica, mas também como tentativa de responder a um aparente contrassenso: de um lado, Foucault não nos deixou nenhum estudo dedicado à visualidade; de outro, resta nítida sua influência em muitos autores — como Martin Jay, Jonathan Crary e Nicholas Mirzoeff — que lançam mão de uma perspectiva “arqueogenealógica” para delinear uma história do olhar que se instaura entre diferentes regimes de visualidade¹.

Cumprir esclarecer que, sob esse viés, a visualidade não se reduz ao domínio da visão e dos (arte) fatos visuais, mas diz respeito, antes, às *maneiras* de ver e, portanto, aos jogos discursivos e de poder que historicamente condicionam, nos termos de Hal Foster (1988, p. ix), “como vemos, como somos capazes, permitidos ou levados a ver, e como vemos esse modo de ver e o que não vemos nele”². Nesse sentido, retomar o arsenal foucaultiano pode ser útil para tornar legíveis, sob um viés teórico-analítico, as linhas de força pelas quais os jogos de visualidade entrelaçam práticas, sentidos e valores, salientando assim como as culturas visuais são indissociáveis de uma esfera político-discursiva que torna toda visualidade possível.

¹ A influência de algumas “noções estratégicas” de Foucault sobre os estudos de cultura visual é abordada por Cometa e Vaccaro (2007). Por sua vez, Martin Jay (1996) foi o primeiro a empregar, em 1989, a noção de “regime de visualidade” enquanto conjunto de modos de olhar e ser visto entrelaçado a práticas discursivas e a dispositivos de poder.

² Esta e as demais citações originalmente em língua inglesa foram aqui traduzidas livremente pelo autor.

Para tanto, começo por apontar de que maneira a visualidade aparece na obra de Foucault, sobretudo a partir de *Vigiar e punir*, como uma esfera que ultrapassa os saberes e formas discursivas em direção a uma política da visualidade. Passo então a qualificar essa dimensão político-discursiva da visualidade por meio dos seguintes princípios: política como agonismo, exterioridade constitutiva, verdade como organização do olhar, arqueologia e genealogia da visualidade. Assinalo, por fim, que a visualidade é indissociável de uma esfera político-discursiva que, por sua vez, resta implicada na organização das experiências em que a verdade é disputada.

O (in)visível em Foucault

De um lado, tende-se a atribuir à Deleuze (2005) o mérito de ter destacado a dimensão do visível em Foucault. De outro, sabe-se que a pintura e o olhar são temas que atravessam a obra foucaultiana do início ao fim, embora de maneira circunstancial (como em catálogos ou seminários) ou para fins pontuais no escopo de seus livros e cursos³. Importa-nos, entretanto, considerar a visualidade enquanto uma esfera necessariamente política, correlação esta que não é, de imediato, facilmente depreendida nem dos textos de Foucault nem dos de seus comentadores.

A começar pelas “torções deleuzianas” que, conforme sentencia Roberto Machado (2009, p. 190), têm como objetivo “menos esclarecer a filosofia de Foucault que integrá-la a seu próprio projeto filosófico [de Deleuze]”. Pois as diversas investigações empreendidas por Foucault, em vez de formarem qualquer projeto ou sistema, valorizam os sucessivos deslocamentos de uma trajetória sem pontos de chegada, apenas de partida, como um constante preenchimento de lacunas deixadas em aberto nos estudos anteriores.

³ O interesse de Foucault pela pintura é mais frequente em suas primeiras obras (*História da loucura, As palavras e as coisas, A arqueologia do saber*), mas a edição dos *Ditos e Escritos* recuperou comentários de Foucault sobre Édouard Manet, René Magritte, Andy Warhol, Vassily Kandinsky, Mark Rothko, Paul Klee e Duane Michals, além de teóricos como Aby Warburg, Erwin Panofsky e Pierre Francastel.

Então, é preciso ter claro que, ao contrário do que queria ver Deleuze, Foucault jamais definiu o saber como um composto de ver e dizer, tampouco o primado de um sobre o outro. Há uma passagem elucidativa quanto a isso no final de *A arqueologia do saber*, quando Foucault (2014, p. 234) indica um norte para a análise arqueológica da pintura: em vez de considerá-la como “pura visão” que pudesse dispensar palavras, “ela é uma prática discursiva que toma corpo em técnicas e efeitos”, sendo inteiramente atravessada “pela positividade de um saber”. Ou seja, o visível e o enunciável são *indissociáveis*.

Já em *As palavras e as coisas* não vemos mais a importância que o autor atribuía, em seus primeiros livros, à “visão”⁴ — mesmo no capítulo inicial, na famosa análise de *Las Meninas*, o que está em questão é a “representação da representação” (i.e., quando a linguagem se depara com suas condições de possibilidade), o que incrementa a relação entre o visível e o enunciável:

[...] por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem (Foucault, 2002, p. 12).

Apesar de serem, pois, registros irreduzíveis um ao outro, Foucault não os aborda separadamente. O que fica mais claro em *Vigiar e punir*, cuja novidade consistiu em considerar não apenas a implicação mútua entre saber e poder, mas principalmente que, a partir do século XIX, tal conjunção engendraria um novo modo de ver e ser visto. Ao explicar o panóptico como um dispositivo do poder disciplinar, Foucault (2009b) se referia a um regime visual que, diferente do espetáculo soberano, age e coage pelo jogo da vigilância individualizante. Esse olhar disciplinante abarca, além de saberes e discursos, uma série de efeitos produtivos que atravessa os corpos e estende a lógica carcerária a toda uma sociedade pautada pela normatização subjetiva.

⁴ Em *História da loucura e Nascimento da clínica*, Foucault tomava o “olhar” como uma modalidade específica de organização dos discursos sob a lógica excludente das disposições do saber.

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância; sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos (Foucault, 2009b, p. 190).

Aqui reside um salto significativo: do domínio da visibilidade passa-se ao da visualidade. Ainda que Foucault nunca tenha adotado o último termo, a partir de então ele confere ao visível um estatuto outro, para além de sua imbricação com saberes e formas discursivas. Trata-se de uma racionalidade⁵, uma estratégia e uma prática normativa que organizam toda a economia do que há para ser visto, de como vê-lo e de quem pode ver.

É essa dimensão que, em larga medida, se faz presente nas pesquisas que sucedem *Vigiar e punir*: o que levou os indivíduos a se *verem* como pecadores ou anormais; quais as técnicas, instrumentos e níveis de aplicação que fazem a lei e a verdade serem *reconhecidas* como tais; quais propósitos e circunstâncias possibilitaram a *aparição* da sexualidade na constituição do sujeito moderno; de que maneira o poder governamental, que antes se *fazia ver* pela soberania do rei, reconfigurou-se como uma espécie de *gestão ocular* da vida da população; como as diferentes maneiras de relacionar-se consigo mesmo incorporaram uma *verificação* constante sobre si e os outros etc.

Assim, é possível vislumbrar, ainda que de maneira dispersa e indireta, certa *política da visualidade* em Foucault. Ao investigar, afinal, campos tão distintos como a psiquiatria, o sistema penal e a ética/estética antiga, Foucault buscava *fazer ver* certas imagens infames, ignoradas, invisíveis e esquecidas no tempo. Isso para, entre outras coisas, indagar o lugar e a organização do olhar

⁵ A noção de “racionalidade”, adotado por Foucault a partir do curso *Nascimento da biopolítica*, pode ser entendida, aqui, amplamente como organização da verdade em dado momento histórico. É o que noutros momentos Foucault (2006, p. 235) também denomina “jogos de verdade”.

na história, à guisa outros lugares e organizações possíveis. E do mesmo modo que Foucault não mirava tanto nos “sentidos” dos discursos, mas antes em seus *efeitos* (de verdade e, portanto, de poder), sua perspectiva não era indiferente à dimensão político-discursiva da visualidade.

A visualidade enquanto esfera político-discursiva

Há hoje uma quantidade considerável de estudos temáticos sobre a visão e a pintura na obra foucaultiana. E, à parte desses recortes, Michel de Certeau (2011, p. 66) chegou a atribuir à Foucault um estilo de “escritura óptica”, marcado pela incorporação de cenas e figuras diversas que concentram em si um campo extenso de problematizações. No entanto, uma questão ainda parece pouco explorada: que tipo de forças específicas se relacionam, na analítica foucaultiana, com a visualidade?

Pouco explorada, mas já colocada: segundo Gary Shapiro (2003), a partir da aposta ética do “último Foucault” o domínio do visual revela-se propício a experiências heterotópicas que conduz a uma contra-conduta do olhar. Já para Martin Jay (1996, p. 175-204), encarar a visualidade na esteira do cuidado de si incorreria em certo “dandismo do olhar”; em vez disso, segundo o autor, o que se sobressai em Foucault é a noção de “regime” enquanto organização hegemônica do visível que trata de coagir, recortar as experiências possíveis e converter os olhares em perspectivas morais.

Se digo que é uma questão pouco explorada, é porque sua interpretação usual (ao menos a dos dois autores citados) consiste em depreender a visualidade a partir de *outras* questões sobre as quais Foucault se debruçava — a visualidade, de fato, nunca figurou como um objeto. E por mais que possa haver certo encadeamento da problemática do olhar no conjunto da obra foucaultiana, considero mais frutífero adotar um procedimento inverso: partir da especificidade da questão colocada — a das forças político-discursivas da visualidade — e estudá-la à luz de alguns princípios foucaultianos.

Para tanto, é preciso insistir que “visualidade” não designa o que é visível; trata-se antes da organização do olhar. De acordo com Mirzoeff (2011, p. 3), o termo teria sido cunhado em 1841 por Thomas Carlyle ao associar o “olhar da história” à visualização panorâmica dos generais de guerra sobre os campos de

batalha. Embora essa analogia, em Carlyle, visasse exaltar o valor da tradição e da autoridade, Mirzoeff se serve da noção de “campo de batalha” para pensar os modos de ver como um complexo de enquadramentos em disputa, engendrados por uma estratégia que produz efeitos materiais.

Tal acepção bélica remete-nos a um princípio fundamental em Foucault: o da política como *agonismo*⁶. Ou seja, o conflito é a condição constitutiva dos discursos, dos jogos sociais, dos processos históricos e de subjetivação. É na mesma linha, ademais, que Chantal Mouffe (2013, p. 188) compreende o espaço público como “um campo de batalha em que diferentes projetos hegemônicos são confrontados, sem qualquer possibilidade de reconciliação”.

A visualidade se constitui, portanto, como relações de força. E do mesmo modo que, para Foucault, não existe uma coisa chamada “poder”, e sim práticas ou relações de poder⁷, também a visualidade não é uma coisa, mas algo que se exerce, que se efetua, que de algum modo funciona e se disputa.

Cabe, com isso, retomar a pergunta: quais as forças específicas que estão em jogo na visualidade? A resposta não poderia deixar de ser vagamente ampla: desde olhares heterogêneos sobre realidades distintas até os mais localizados gestos, valores, comportamentos etc. Pode-se objetar que essas não são forças “visuais”, e não digo que o sejam. Afirmo que são forças que estão *em jogo* na visualidade à medida que podem ser visualizadas, imaginadas, projetadas, reproduzidas.

Quando a ideia, por exemplo, de uma “guerra ao terror” passou a ser considerada “realista” no início do século XXI, não foi em decorrência de uma constatação empírica; é esse “realismo” o que advém como efeito de uma visualidade pautada por objetivos, estratégias e formas imaginadas que organizam, junto a outras práticas, o que se vê como verdade. Não é o caso de

⁶ Neologismo cunhado a partir da palavra grega *ágon*, que designa o mútuo enfrentamento de forças numa relação de permanente reversibilidade. Tal horizonte teórico, inspirado em Nietzsche, é exposto com clareza na primeira conferência do curso *A verdade e as formas jurídicas* (Foucault, 2013).

⁷ Vale lembrar que, à rigor, não há em Foucault uma teoria do poder, uma vez que, em seus termos: “Eu compreendo que a conceituação não deveria estar fundada numa teoria do objeto — o objeto conceituado não é o único critério de uma boa conceituação. Temos que conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação” (Foucault, 2009a, p. 232).

indagar, nesse exemplo, a verdade sobre os “terroristas”, mas de considerar, à maneira nietzscheana, todas as verdades como *imagens eficazes* — imagens porque se colocam a ver, e eficazes por organizarem uma lógica autoevidente.

Tal sorte de organização pode ser analisada de um ponto de vista arqueológico ou genealógico. No primeiro caso, é a dimensão discursiva da visualidade o que se coloca em primeiro plano, e isso por meio da tarefa aparentemente paradoxal de “escavar” o que já se encontra na “superfície” — o que nos remete, mais precisamente, ao princípio de *exterioridade* que Foucault (1996, p. 53, grifos meus) estabelece em sua análise dos discursos:

[...] não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido, para o âmago de um pensamento ou de uma significação que se manifestariam nele; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras.

Desse modo, a análise arqueológica deve mirar no que está “ao redor” do que se dá a ver, sob o pressuposto de que isso que vemos (imagens, fatos, artefatos) não diz nada por si mesmo; seu sentido e sua visibilidade provêm de certa “exterioridade constitutiva”: o que vemos é somente visto mediante tudo o que não vemos, assim como uma rede de discursos só se torna discernível a partir do que, nela, não é dito nem ouvido.

Um exemplo de investigação assim orientada é a que Jonathan Crary leva a cabo em *Suspensões da percepção*: partindo de algumas pinturas-chave de Manet, Seurat e Cézanne, e as relacionando com discursos políticos, científicos e filosóficos que emergem historicamente “ao redor” delas, Crary (2013, p. 31) mapeia o regime de “um enfrentamento do problema geral da síntese perceptiva e da capacidade unificadora e desintegradora da atenção”⁸.

⁸ De maneira similar, Crary examinou, em *Técnicas do observador* (que precede o livro supracitado), um conjunto de teorias, pinturas e aparatos técnicos que, na primeira metade do século XIX, propiciaram a emergência da visão subjetiva enquanto regime de visualidade que suplantara o modelo anterior, o da “câmara escura”. Se considerarmos a continuidade entre os livros de Crary, vê-se o caráter genealógico do conjunto de sua obra, o que se explicita em seu último livro, *24/7: Capitalismo e os Fins do Sono*, que trata da visualidade neoliberal e globalista que se formou ao longo do século XX.

Uma genealogia da visualidade, por sua vez, implica a investigação das condições históricas daquilo que hoje se mostra como verdade autoevidente. Mas, na contramão da busca de uma origem, a genealogia procura reconstruir, a partir de estudos arqueológicos, uma “ontologia histórica do presente” (Foucault, 2009a, p. 262) ou, ainda, uma “contra-história”, nos termos de Mirzoeff (2011, p. 6): “Para desafiar a fatalidade reivindicada por uma história e seus meios hegemônicos de enquadrar o presente, qualquer engajamento com a visualidade no presente ou no passado exige estabelecer sua contra-história”.

O fundamental aqui é investigar como se formaram determinados modos de ver (através, apesar ou à guisa de quais sistemas de coerção, de nomeação, de exclusão e de subjetivação), a qual lógica eles respondem, que tipo de “realismo” eles produzem, quais foram suas condições de aparição e de variação. Além disso, como nos sugere Foucault (2009a, p. 233), não seria prudente buscar pelo que seria a visualidade (o autor se refere, no original, à racionalidade) de toda uma época ou sociedade, “mas analisá-la como um processo em vários campos, cada um dos quais com uma referência a uma experiência fundamental: loucura, doença, morte, crime, sexualidade etc.”.

Foi por esse caminho que, por exemplo, Paul B. Preciado (2017, p. 89-121) empreendeu uma “breve genealogia do orgasmo” a partir de duas experiências históricas aparentemente opostas que, do final do século XVIII até meados do século XX, se desenvolveram lado a lado: a da repressão da masturbação e a da cura da histeria. Preciado sumariza:

Se por um lado a masturbação foi condenada pela Igreja a partir do Renascimento, para depois ser patologizada pela medicina no século XVII e, em seguida, tecnicamente reprimida durante o século XIX e XX mediante o uso de aparelhos mecânicos (e mais tarde elétricos), a histeria, paralelamente, será construída como uma doença feminina e um conjunto igualmente numeroso de aparelhos será posto em funcionamento para permitir a produção técnica da chamada “crise histérica” (ibidem, p. 110).

Ainda que o autor não adote o termo “visualidade”, sua análise mostra como os instrumentos sexuais interferem em como enxergamos a sexualidade e o lugar do prazer no tempo presente. Ao longo do século XIX, de um lado, o

estereótipo do “onanista” passou da jovem mulher que deveria ser protegida de sua obsessão tátil para o do perverso masturbador homossexual, cujo desinteresse pela procriação ameaçava o futuro da espécie. No mesmo período, a histerização das mulheres contribuiu para redobrar a submissão das mulheres, sujeitando-as simultaneamente ao diagnóstico de uma suposta doença e às “necessidades”, igualmente pressupostas, de seus maridos.

Outro texto emblemático, embora sob outro espectro político, reside na visualidade que, em seu ensaio mais conhecido, Achille Mbembe (2018, p. 71) destaca na emergência de “topografias recalçadas de crueldade” pelas quais o necropoder⁹ se fez ver e valer na história recente. Em especial a partir das descrições detalhadas de Eyal Weizman, Mbembe enfatiza desde a intrincada topologia de zonas de conflito, passando pelas configurações das “máquinas de guerra” — a exemplo da morfologia indiferenciada dos esqueletos de Ruanda, ou dos corsários que fazem o trabalho sujo dos governos em alto mar —, até deter-se na visualidade do homem-bomba: “ao contrário do tanque ou míssil, que é claramente visível, a arma contida na forma do corpo é invisível” (ibidem, p. 63). Desse modo, o autor sugere que um regime de visualidade também se impõe por meio da invisibilidade, uma vez que, por toda parte, muitos ecos de um velho necropoder são revividos diariamente.

Preciado e Mbembe, ao partirem de Foucault para analisar espectros políticos tão distintos, corroboram com a ideia de que não há olhar que preceda um modo de olhar: tanto a sexualidade quanto a necropolítica se pautam, dentre outras coisas, em um regime de visualidade cuja construção histórica segue organizando o que hoje se dá a ver. Pois não há experiência que não esteja impregnada de uma maneira de olhar, de modo que o estudo da visualidade é a investigação das diferentes correlações que habitam e são organizadas pelo “olhar” amplamente entendido — isto é, para além da visão, como matéria de experiências possíveis.

⁹ De maneira abreviada, Mbembe (2018) observou que Foucault, a fim de destacar o caráter produtivo do que ele chamou de “biopoder”, teria negligenciado o papel da opressão colonial e da exploração da classe trabalhadora — valorizando, em contrapartida, as formas de segregação sexual e racial. A noção de necropoder, então, remonta uma perspectiva histórica não eurocêntrica de desumanização colonial e racista entrelaçada à opressão de classe.

Considerações finais

Assumindo o alto grau de imprecisão que envolve a tentativa de abordar, a partir de Foucault, um tema sobre o qual ele nunca tratou diretamente, esbocei neste artigo algumas coordenadas para o estudo da relação entre visualidade e política. Tal relação se dá como um campo de batalha no qual a verdade é disputada. Uma batalha é sempre travada em diferentes “frentes”; logo, o que se vê não se reduz ao que é visível, pois envolve a conexão de tudo o que nos parece natural, lógico e factível. Sob esse prisma, a verdade não se sustenta apenas em redes discursivas e jogos de poder (que, no entanto, sempre a condicionam), pois também depende de um regime de visualidade que nos faça vê-la como tal, isto é, em seu pretendido “realismo”.

Se a verdade é uma imagem eficaz, posto que funciona para organizar o que vemos, a visualidade é indissociável das estratégias discursivas e de poder implicadas nessa organização. As imagens, em si, não formam uma verdade; são os modos pelos quais as olhamos que podem reforçar ou questionar determinada verdade. Ver e dar a ver são, portanto, formas de poder e forças políticas. Forças e formas que, desde o início do século vigente, se distribuem por meio de um sofisticado dispositivo midiático que se reconfigura velozmente conforme uma estratégia aparentemente insondável, ou mesmo invisível, mas que já produz efeitos concretos e perturbadores. Quais sejam, paisagens totalitárias que se desenham no horizonte global e batalhas individuais e coletivas que se evidenciam no cotidiano.

Claro que tais efeitos não são uniformes e não estão objetivamente coordenados entre si. Mas o que importa, aqui, é a visualidade a que remontam tais efeitos: os diferentes modos de se reagir a eles, a forma como satisfazem a uns e constroem a outros, os valores que suscitam, os elos que selam e os que desatam, os ressentimentos e as paixões que se confundem nos entreveres. Em suma, parafraseando Foucault (2018, p. 138), *onde há olhar, ele se exerce*. Ninguém é, por direito, o seu detentor; e, no entanto, o olhar é sempre mirado em determinada direção, vendo aquilo que permanece visível em detrimento de tudo o que resta invisível (mas que não por isso deixa de existir). Não se sabe ao certo quem pode ver a quem. Mas se sabe bem quem/o que não é visto – resta saber por que não é desejável que o vejamos.

Referências

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

COMETA, Michele; VACCARO, Salvo (orgs.). **Lo sguardo di Foucault**. Roma: Meltemi, 2007.

CRARY, Jonathan. **Suspenções da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOSTER, Hal (org.). **Vision and Visuality**. Seattle: Bay Press, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. “O sujeito e o poder” / “Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho”. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a, p. 231-279.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

JAY, Martin. “In the Empire of the Gaze: Foucault and the denigration of Vision in Twentieth-century French Thought”. In: HOY, David C. (org.). **Foucault: a critical reader**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996, p. 175-204.

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a arte e a filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-1, 2018.

MIRZOEFF, Nicholas. **The right to look: A Counterhistory of Visuality**. Durham: Duke University Press, 2011.

MOUFFE, Chantal. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 27, p. 180-199, dez. 2013.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1, 2017.

SHAPIRO, Gary. **Archaeologies of vision: Foucault and Nietzsche on Seeing and Saying**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

Submetido em março de 2020 e aprovado em agosto de 2020.

Como citar:

BECCARI, Marcos N.. Visibilidade e política a partir de Foucault. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, vol. 26, n. 40, p. 283-295, jul./dez. 2020. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.37235/ae.n40.19>. Disponível em: <<http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>>